



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**Assessoria Técnico-Jurídica**



PROCESSO: TC-4387/989/22

ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO

ASSUNTO: CONTAS ANUAIS DE 2022

Senhora Assessora Procuradora-Chefe,

Tratam os presentes autos do exame das contas anuais da Prefeitura Municipal de Salto referente ao exercício de 2022. O relatório da fiscalização, a qual esteve a cargo da UR – 9 encontra-se no evento 41.46.

Devidamente notificado no evento 45.1, constatamos a justificativa no evento 60.1.

Procedemos à análise, considerando os aspectos orçamentário, financeiro e patrimonial do Município, tendo por base, os dados contidos no relatório da fiscalização.

O Município possui, ainda, a seguinte série histórica de classificação no Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEG-M), após validação da Fiscalização:



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**Assessoria Técnico-Jurídica**



EXERCÍCIOS	2019	2020	2021	2022
IEG-M	C+	B	C+	C+
i-Planejamento	C	B+	C	C
i-Fiscal	B	B+	B	B
i-Educ	C	C+	C+	C
i-Saúde	C+	B	C	C
i-Amb	B	B+	B+	B
i-Cidade	A	A	B+	B
i-Gov-TI	B+	C+	C+	B

**B.1. PLANEJAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS (i-Plan/IEG-M)**

Preliminarmente, constatamos que a série histórica do IEG-M para a correlata perspectiva demonstra involução, conforme segue:

EXERCÍCIOS	2019	2020	2021	2022
i-Planejamento	C	B+	C	C

De plano, consignamos que a nota “C” obtida nos dois últimos exercícios avaliados, evidencia a necessidade de adoção de medidas no sentido de corrigir impropriedades de aspectos que compõem o IEG-M, visando a elevação dos conceitos e, conseqüentemente, o aprimoramento e uma maior efetividade dos serviços colocados à disposição da população, assim como o não atendimento de recomendações desta Corte de Contas, consoante o exposto no item F.2. deste relatório.

No procedimento de validação desta dimensão do IEG-M, constatamos as falhas (págs. 7/9), que ensejaram retificações pela Fiscalização, denotando falta de fidedignidade na prestação das informações (item E.2. deste relatório):

De nossa parte, quanto aos quesitos do IEG-M, poderá ser objeto de recomendação, tendo em vista essa dimensão do IEGM ser



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**Assessoria Técnico-Jurídica**



classificada na faixa “C – Baixo nível de adequação”, o que compromete a realização das políticas públicas nessa área de atuação.

**B.2. ADEQUAÇÃO FISCAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS (i-Fiscal/IEG-M)**

Sob amostragem, não constatamos ocorrências dignas de nota nessa dimensão do IEG-M.

**C.1. CUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÕES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS–GESTÃO FISCAL**

Face ao contido no artigo 1º, § 1º, da LRF), o qual estabelece os pressupostos da responsabilidade da gestão fiscal, passamos a expor o que segue.

Preliminarmente informamos que o Município não aderiu ao Programa de Acompanhamento e Transparência Fiscal (Lei Complementar nº 178 de 13 de janeiro de 2021) (Documento 16).

**C.1.1. RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Com base nos dados gerados pelo Sistema Audesp, o resultado da execução orçamentária da Prefeitura evidenciou superávit de 7,06%.

Informamos que não houve compensação do saldo de repasses de duodécimos do exercício anterior, nos termos do artigo 168, § 2º, da CF.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**Assessoria Técnico-Jurídica**



Anotamos a incorreta contabilização da devolução dos duodécimos da Câmara, em desacordo com o plano de contas preceituado pelo Sistema Audesp, pois a Origem contabilizou referida devolução na conta contábil 4.5.1.1.2.02.00 (Documento 27, fls. 4), em detrimento da conta 4.5.1.2.2.01.99 (Documento 36).

Foi observado pela Fiscalização que foram abertos créditos adicionais suplementares, no montante de R\$ 71.369.495,19 (Documento 8), correspondente a 13,75% da despesa inicialmente fixada para o Executivo Municipal (R\$ 518.873.735,39). Em que pese não ter ultrapassado o limite de 15% estipulado no artigo 4º, inciso II, da Lei Municipal nº 3.925, de 22 de dezembro de 2021 (Documento 9), o percentual encontra-se acima da inflação para o período, contrariando orientação desta E. Corte de Contas, consoante Comunicado SDG nº 29/2010.

**C.1.2. RESULTADOS FINANCEIRO, ECONÔMICO E SALDO PATRIMONIAL**

<b>Resultados</b>	<b>Exercício em exame</b>	<b>Exercício anterior</b>	<b>%</b>
<b>Financeiro</b>	R\$ 95.048.276,95	R\$ 54.100.046,77	75,69%
<b>Econômico</b>	R\$ 241.839.262,14	R\$ 106.026.302,37	128,09%
<b>Patrimonial</b>	R\$ 1.692.515.201,51	R\$ 1.452.608.745,11	16,52%

**C.1.3. DÍVIDA DE CURTO PRAZO**

Conforme demonstrado no item anterior, a Prefeitura apresentou, no encerramento do exercício examinado, um superávit financeiro evidenciando, com isso, a existência de recursos disponíveis para o total pagamento de suas dívidas de curto prazo, registradas no Passivo Financeiro.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**Assessoria Técnico-Jurídica**



#### C.1.4. DÍVIDA DE LONGO PRAZO

Com relação ao endividamento de longo prazo, indica uma redução de 9,46% em relação ao exercício anterior.

#### C.1.5. PASSIVO JUDICIAL

##### C.1.5.1 PRECATÓRIOS

De acordo com informações prestadas pela Origem e carreadas junto ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, o Município está enquadrado no Regime Ordinário (Documento 17).

Os testes efetuados, na extensão considerada necessária, permitiram constatar que houve pagamento da dívida referente ao exercício analisado, tendo sido depositado o montante de R\$ 3.643.625,91 ao longo do período (Documento 18).

##### C.1.5.2. REQUISITÓRIOS DE BAIXA MONTA

De acordo com o exame efetuado, na extensão considerada necessária, constatamos que houve pagamento de todos os requisitórios de baixa monta vencidos no exercício, no montante de R\$ 406.730,44 (Documento 22).

#### C.1.7. ENCARGOS

Os recolhimentos apresentaram a seguinte posição:



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**Assessoria Técnico-Jurídica**



Verificações		Guias apresentadas
01	INSS:	Sim
02	FGTS:	Sim
03	RPPS:	Prejudicado*
04	PASEP:	Sim

\* O Município não dispõe de Regime Próprio de Previdência Social.

De acordo com o exame efetuado, na extensão considerada necessária, não constatamos irregularidade na gestão dos encargos incorridos no exercício.

**C.1.7.1. PARCELAMENTOS DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS**

A situação dos parcelamentos/reparcelamentos de débitos previdenciários:

Perante a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN:

Perante o INSS:

Constatamos que no exercício em exame a Prefeitura cumpriu o acordado.

**C.1.7.2. DEMAIS PARCELAMENTOS (FGTS/PASEP)**

A Prefeitura não possui parcelamentos de FGTS e Pasep.

**CONCLUSÃO**

A Prefeitura apresentou um superávit orçamentário de 7,06%, no exercício em exame.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**Assessoria Técnico-Jurídica**



No financeiro, houve um aumento de 75,69%, em comparação ao exercício anterior, apresentou um resultado positivo de R\$ 95.048.276,95 no exercício em exame, demonstra que o Município possui recursos para quitar despesas de curto prazo.

Sobre as movimentações orçamentárias, e se assim também entender o Exmo. Sr. Conselheiro Relator, tendo em vista que tais alterações não causaram desajuste fiscal, e os resultados foram positivos, poderá, a exemplo do decidido nos TCs-1186/026/11 e TC-1077/026/11 ser tal falha levada ao campo das recomendações.

De acordo com os pareceres dos exercícios - 2019-2020-2021 foram respectivamente pelo parecer favorável com determinação, favorável com recomendações e determinação, e favorável com determinação e advertências, às contas.

Diante do exposto na presente manifestação, não vejo questão de ordem econômico-financeira, que possa comprometer a matéria em análise.

Ressalto, contudo, que o posicionamento aqui adotado não alcança os aspectos pertinentes às demais áreas de atuação desta ATJ.

À consideração de Vossa Senhoria.

ATJ, 04 de março de 2024.

Cleonice Cortez Santos  
Assessoria Técnica